LUTA OPERÁRIA

André Jdanov

Relatório sobre a situação internacional

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

Edições Maria da Fonte

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

Livros publicados:

Colecção «Textos Maria da Fonte»

1 — Trotsky e o Trotskismo — Vários
(1.ª edição esgotada. Reedição em Fevereiro)
2 — Marx e os Sindicatos — A. Losovski
(3.ª edição)
3 — Mao Tsé-tung e a Política de Partido — Mao Tsé-tung
(1.ª edição esgotada. Reedição em Março)
4 — O P. T. A. e a Luta contra o Revisionismo — Enver Hoxha, Ramiz Alia e Nexhmije Hoxha
(1.ª edição esgotada. Reedição em Abril)
5 — Dimitrov e a Luta Sindical — Georges Dimitrov
6 — Lenine — A Vida dum Revolucionário — Yaroslavski
7 — Combater o Revisionismo — Uma Tarefa Revolucionária — Enver Hoxha

Colecção «Estudos»

1 — A Metade do Céu — Claudie Broyelle
(2.ª edição)
2 — Castro, Debray contra o Marxismo-Leninismo—Antoine Petit

Colecção «Documentos»

1 — Sobre o Trabalho de Propaganda / Um Congresso Histórico — Mao Tsé-tung, Chou En-lai e Wang Hong-wen
(1.ª edição esgotada)
2 — A Linha Política Revolucionária do P. C. do Brasil (M.-L.)
3 — Proclamação - Programa dos Comunistas (Bolcheviques) Revolucionários Soviéticos
4 — Guerra Popular — Caminho da Luta Armada no Brasil

Colecção «Libertação Nacional»

1 — Quem é o Inimigo? Qual é o Nosso Objectivo?—Agostinho Neto (1.ª edição esgotada)
2 — Manual Político do P.A.I.G.C. (1.ª edição, esgotada)
3 — Textos e Documentos do M.P.L.A. sobre a Revolução Angolana — Vários
4 — A Frelimo e a Revolução em Moçambique — Mondelane, S. Machel

Colecção «Luta Operária»

1 — Contra o Governo Provisório — José Staline
2 — Os Comunistas e as Eleições — V. I. Lenine

A sair:

A Organização Comunista — V. I. Lenine
A Estratégia e a Táctica dos Comunistas — José Staline

Relatório sobre a situação internacional

Para a versão portuguesa das Edições Maria da Fonte

Colecção «LUTA OPERÁRIA»

Dirigida por: Manuel Quirós

Editor: Maria Isabel Pinto Ventura

Tradutor: Rosário Simões

Capa: Maria José Sacadura

© Para a versão portuguesa de Edições Maria da Fonte

André Jdanov

Relatório sobre a situação internacional

Relatório apresentado por André Jdanov, em Setembro de 1947 (*), na Conferência de informação dos representantes de alguns Partidos Comunistas: Bulgária, França, Hungria, Itália, Polónia, Roménia, Checoslováquia, U. R. S. S. e Jugoslávia.

(*) A importância fundamental do presente texto reside, sobretudo, em permitir uma comparação entre a política externa de um verdadeiro Estado de ditadura do proletariado — a U.R.S.S., em 1947, e até à morte de Staline — e a actual política revisionista dos renegados soviéticos que disputam, com o imperialismo americano, o domínio dos povos do mundo inteiro (N. E.)

I. A SITUAÇÃO INTERNACIONAL APÓS A GUERRA

O fim da segunda guerra mundial causou transformações essenciais no conjunto da situação mundial. A derrota militar do bloco dos Estados fascistas, o carácter antifascista e de libertação da guerra, o papel decisivo desempenhado pela União Soviética, na vitória sobre os agressores fascistas: tudo isso conduziu a uma mudança radical na relação de forças entre os dois sistemas — socialista e capitalista — a favor do socialismo.

Em que consistem estas transformações?

O resultado principal da segunda guerra mundial consiste na derrota militar da Alemanha e do Japão — os dois países mais militaristas e mais agressivos do capitalismo. Os elementos reaccionários imperialistas do mundo inteiro, e particularmente da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e da França, tinham fundado espe-

ranças extraordinárias na Alemanha e no Japão, e, sobretudo, na Alemanha hitleriana, em primeiro lugar, como a força mais capaz de assentar um golpe tal à União Soviética que teria podido enfraquecê-la e minar a sua influência, senão arrasá-la; em segundo lugar, como força capaz de arrasar o movimento operário revolucionário e democrático na própria Alemanha e em todos os países que eram objecto da agressão hitleriana. Visava-se, desta maneira, a consolidação da situação geral do capitalismo. É nisto que é preciso procurar a origem e uma das principais causas da política de «apaziguamento» de antes da guerra, política de «conciliação» e de encorajamento à agressão fascista, política conduzida metodicamente pelos meios imperialistas dirigentes da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos da América.

Mas, as esperanças que os imperialistas anglo-franco-americanos alimentavam em relação aos hitlerianos não se justificaram. Contrariamente ao que supunham os muniquenses, os hitlerianos provaram que eram os mais fracos, enquanto que a União Soviética e os povos no cativeiro da liberdade provaram que eram os mais fortes. Assim, a segunda guerra mundial teve o seguinte resultado: as forças principais da reacção fascista internacional militante foram derrotadas e encontraram-se por muito tempo fora de combate.

Por conseguinte, o sistema capitalista mundial, no seu conjunto, sofreu de novo um golpe sério. Se o resultado mais importante da primeira guerra mundial foi a ruptura da frente unida do imperialismo e o desapego da Rússia do sistema capitalista mundial; se, a seguir à vitória do regime socialista na U.R.S.S., o capitalismo deixou de ser o sistema universal único da economia mundial, o resultado da segunda guerra mundial, com a derrota do fascismo, com o enfraquecimento das posições mundiais do capitalismo e o reforço do movimento anti-fascista, foi o desapego de toda uma série de países da Europa central e sul-oriental do sistema imperialista. Nestes países apareceram novos regimes populares e democráticos. O grande exemplo da guerra patriótica da União Soviética, o papel libertador do exército soviético confundiam-se com o calor da luta de massa de libertação nacional dos povos afastados da liberdade contra os ocupantes fascistas e os seus cúmplices. No decurso desta luta, foram desmascarados, como traidores aos interesses nacionais, os elementos pró-fascistas que tinham colaborado com Hitler: grandes capitalistas influentes, proprietários, altos funcionários e oficiais monarquistas.

Nos países danubianos, a libertação da escravatura germano-fascista foi acompanhada, por um lado, pela eliminação do poder da camada

superior da burguesia e dos grandes proprietários de terras, comprometida pela sua colaboração com o fascismo alemão, e, por outro lado, pela chegada ao poder de novas forças do povo que tinham dado provas durante a luta contra os opressores hitlerianos.

Nestes países, são os representantes dos operários, dos camponeses, dos intelectuais progressistas que chegaram ao poder. Por toda a parte, nestes países, foi a classe operária que manifestou maior heroísmo, maior consequência e intransigência na luta antifascista, e, portanto, a sua autoridade e a sua influência entre o povo aumentaram enormemente.

O novo poder democrático na Jugoslávia, na Bulgária, na Checoslováquia, na Hungria e na Albânia, apoiando-se nas massas populares, conseguiu realizar, no período mais curto, transformações democráticas progressistas, como a burguesia nunca foi capaz de fazer. A reforma agrária entregou a terra aos camponeses e conduziu à liquidação da classe dos morgados de província. A nacionalização da grande indústria e dos bancos e a confiscação da propriedade dos traidores que tinham colaborado com os alemães saparam de uma maneira radical posições do capital monopolista nestes países e libertaram as massas da servidão imperialista. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas as bases da propriedade do Estado. Foi criado um novo tipo de

Estado: a República popular, onde o poder pertence ao povo, onde a grande indústria, os transportes e os bancos pertencem ao Estado e onde a força dirigente é constituída pelo bloco das classes trabalhadoras da população, tendo à cabeça a classe operária. Os povos destes países libertaram-se do trono imperialista, mas estão prestes a edificar as bases da passagem para o sistema socialista.

A importância e a autoridade internacional da U. R. S. S. aumentaram consideravelmente a seguir à guerra. A U. R. S. S. foi a força dirigente e a alma da destruição militar da Alemanha e do Japão. As forças democráticas do mundo inteiro reuniram-se à volta da União Soviética. O Estado socialista, nas batalhas mortais com o inimigo mais poderoso, saiu vitorioso das terríveis provas da guerra. A União Soviética saiu reforçada da guerra.

A face do mundo capitalista mudou, por isso, muito sensivelmente. Das seis potências chamadas «grandes» (a Alemanha, o Japão, a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a França e a Itália), três foram eliminadas a seguir à derrota militar: a Alemanha, a Itália e o Japão. A França também ficou enfraquecida e perdeu o seu antigo nome de grande potência.

Assim, já não restam senão duas «grandes» potências imperialistas mundiais: os Estados Unidos e a Inglaterra. Mas as posições de um

destes países, a Inglaterra, encontram-se abaladas. Durante a guerra, o imperialismo inglês mostrou-se fraco do ponto de vista militar e político. Na Europa, a Inglaterra mostrou-se impotente perante a agressão alemã. Na Ásia, a Inglaterra — a maior potência imperialista — não conseguiu com as próprias forças salvaguardar as suas próprias possessões coloniais. Tendo perdido temporariamente as suas relações com as colónias, que abasteciam a metrópole em géneros alimentares e em matérias-primas e que absorviam uma parte considerável da sua produção industrial, a Inglaterra encontrou-se, do ponto de vista da sua economia de guerra e no que respeita aos seus próprios fornecimentos industriais e alimentares, dependente da América. Desde o fim da guerra, a dependência financeira e económica da Inglaterra em relação aos Estados Unidos da América não parou de aumentar.

Depois da guerra, a Inglaterra recuperou as suas colónias: no entanto, bate-se com uma influência reforçada do imperialismo americano que, durante a guerra, tinha desenvolvido a sua actividade em todas as zonas consideradas até aí como esferas de influência do capitalismo monopolista inglês: o Oriente árabe e a Ásia do sudeste.

A influência da América reforçou-se nos domínios do Império britânico e na América do Sul,

onde o papel desempenhado pela Inglaterra lhe foge cada vez mais em benefício dos Estados Unidos da América.

A crise do sistema colonial, acentuada com o fim da segunda guerra mundial, manifesta-se pelo poderoso ascenso do movimento de libertação nacional nas colónias e nos países dependentes. Pela mesma razão, as rectaguardas do sistema capitalista estão ameaçadas.

Os povos das colónias já não querem viver como no passado. As classes dominantes das metrópoles já não podem governar as colónias como antes. As tentativas para arrasar o movimento de libertação nacional pela força militar entrechocam-se agora com a resistência armada crescente dos povos das colónias e conduzem a guerras coloniais de longa duração: a Holanda, na Indonésia; a França, no Vietnam.

A guerra, que tem a sua origem no desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países, conduziu a um novo agravamento desta desigualdade. De todas as potências capitalistas, só uma — os Estados Unidos da América — saiu da guerra sem ficar enfraquecida, mas sim consideravelmente reforçada, tanto económica como militarmente. Os capitalistas americanos aproveitaram-se à vontade da guerra. O povo americano não sofreu privações durante a guerra, nem jugo da ocupação, nem bombardeamentos aéreos, enquanto que as suas perdas humanas

não foram comparativamente numerosas, pois os Estados Unidos, com efeito, não tomou parte senão na última etapa da guerra, quando a sorte desta já estava decidida. Para os Estados Unidos, a guerra serviu antes de tudo de impulsão para um largo desenvolvimento da produção industrial, para um reforço decisivo da exportação, principalmente para a Europa.

O fim da guerra pôs uma série de novos problemas perante os Estados Unidos. Os monopólios capitalistas esforçaram-se por manter o nível elevado dos seus lucros da guerra. Com este intento, procuraram que o volume das encomendas de tempo de guerra não se reduzisse. Mas para isso os Estados Unidos deviam conservar todos os mercados exteriores que absorviam a produção americana durante a guerra, e conquistar novos mercados, pois que se deu no fim da guerra uma grande redução da capacidade de compra da maioria dos países.

Ao mesmo tempo, a dependência financeira e económica destes países, em relação aos Estados Unidos da América aumentou. Os Estados Unidos investiram no estrangeiro créditos no valor de 19 biliões de dólares, não compreendendo os investimentos na Banca internacional e no Fundo internacional de câmbios. Os principais concorrentes dos Estados Unidos — a Alemanha e o Japão — desapareceram do

mercado mundial, e isso abriu novas e grandes possibilidades aos Estados Unidos da América.

Se, antes da segunda guerra mundial, os círculos reaccionários mais influentes do imperialismo americano se atinham à política isolacionista e se abstinham de intervir activamente nos negócios da Europa e da Ásia, agora, nas novas condições do após-guerra, os mestres de Wall Street fazem uma outra política. Dirigiram um programa de utilização de toda a potência militar e económica americana, não só para conservar e consolidar as posições conquistadas no estrangeiro durante a guerra, mas também para as estender ao máximo, substituindo no mercado mundial a Alemanha, o Japão e a Itália.

O enfraquecimento considerável do poderio económico dos outros Estados capitalistas fez surgir a possibilidade de utilização especulativa das dificuldades económicas do após-guerra, o que favorece a colocação destes Estados sob o contrôle dos Estados Unidos. Este enfraquecimento permitiu, em particular, a utilização das dificuldades económicas do após-guerra da Grã-Bretanha. Os Estados Unidos da América proclamaram um novo curso, abertamente conquistador e expansionista.

O alvo do novo curso expansionista é o estabelecimento do domínio mundial do imperialismo americano. Este novo curso visa à consolidação da situação de monopólio dos Estados Unidos

nos mercados, monopólio que se estabeleceu devido ao desaparecimento dos seus dois maiores concorrentes — a Alemanha e o Japão — e ao enfraquecimento dos parceiros dos Estados Unidos: a Inglaterra e a França.

Este novo curso conta com um largo programa de medidas de ordem militar, económica e política, cuja aplicação estabeleceria em todos os países visados pelo expansionismo dos Estados Unidos o domínio político e económico destes últimos, reduziria estes países ao estado de satélites dos Estados Unidos, instauraria aí regimes internos que eliminariam qualquer obstáculo da parte do movimento operário e democrático à exploração destes países pelo capital americano. Os Estados Unidos da América procuram estender actualmente a aplicação deste novo curso político não só aos inimigos da guerra de ontem, ou aos Estados neutros, mas também, e de maneira cada vez maior, aos aliados de guerra dos Estados Unidos da América.

Dá-se uma atenção especial na utilização das dificuldades económicas da Inglaterra — o aliado e ao mesmo tempo o rival capitalista e concorrente, desde longa data, dos Estados Unidos. O curso expansionista americano tem como ponto de partida a consideração de que não só é preciso não afrouxar o torno da dependência económica face aos Estados Unidos, na qual a Inglaterra caiu durante a guerra, mas, pelo

contrário, reforçar a pressão sobre a Inglaterra, a fim de lhe roubar sucessivamente o seu controle sobre as colónias, desapossá-la das suas esferas de influência e reduzi-la ao estado de vassalo.

Assim, com a sua nova política, os Estados Unidos tendem a consolidar a sua situação de monopólio e contam em submeter e colocar sob a sua influência os seus próprios parceiros capitalistas.

Mas no caminho das suas aspirações pelo domínio mundial, os Estados Unidos entrechocam-se com a U.R.S.S. com a sua influência internacional crescente, como bastião da política anti-imperialista e antifascista, com os países da nova democracia que escaparam ao imperialismo anglo-americano, com os operários de todos os países, compreendendo os operários da própria América, que não querem uma nova guerra de domínio em proveito dos seus próprios opressores.

É por isso que o novo curso expansionista e reaccionário da política dos Estados Unidos visa a luta contra a U.R.S.S., contra os países da nova democracia, contra o movimento operário de todos os países, contra o movimento operário nos Estados Unidos, contra as forças anti-imperialistas de libertação, em todos os países.

Os reaccionários americanos, inquietos com os sucessos do socialismo na U.R.S.S., com os

sucessos dos países da nova democracia e com o crescimento do movimento operário e democrático em todos os países do mundo inteiro, depois da guerra, estão dispostos a fixar como tarefa a de «salvar» o sistema capitalista do comunismo.

De modo que o programa francamente expansionista dos Estados Unidos faz lembrar extraordinariamente o programa aventureiro dos agressores fascistas, que se malogrou miseravelmente, agressores que, como o sabemos, se consideravam ainda há pouco tempo também como pretendentes ao domínio mundial.

Assim como os hitlerianos, quando preparavam a agressão de banditismo com o fim de assegurar a possibilidade de oprimir e submeter todos os povos e sobretudo o seu próprio povo, se mascaravam de anticomunismo; da mesma maneira, os círculos dirigentes de hoje dos Estados Unidos dissimulam a sua política de expansão, e mesmo da sua ofensiva contra os interesses vitais do seu concorrente imperialista mais fraco — a Inglaterra — como tarefas de pseudo-defesa anticomunista.

A corrida febril aos armamentos, a construção de novas bases e a criação de depósitos de armas para as forças armadas americanas em todas as partes do mundo são justificadas com os argumentos fariseus e falsos da pretensa «defesa»

contra o perigo militar imaginário da parte da U.R.S.S.

A diplomacia americana agindo pelos métodos de ameaças, de corrupção e de chantagem, arranca facilmente a outros países capitalistas, sobretudo à Inglaterra, o consentimento para a estabilidade legal de posições vantajosas americanas na Europa e na Ásia, nas zonas ocidentais da Alemanha, na Áustria, na Itália, na Grécia, na Turquia, no Egipto, no Irão, no Afganistão, na China, no Japão, etc.

Os imperialistas americanos, considerando-se como a força principal oposta à U.R.S.S., aos países da nova democracia, ao movimento operário e democrático de todos os países do mundo, considerando-se como o bastião das forças reaccionárias, antidemocráticas do mundo inteiro, resolveram literalmente, a seguir à segunda guerra mundial, dirigir contra a U.R.S.S. e a democracia mundial uma frente hostil e encorajar as forças reaccionárias, antipopulares, os colaboracionistas e os antigos capitalistas nos países europeus que, libertos do jugo hitleriano, começaram a organizar a sua vida segundo a sua própria escolha.

Os políticos americanos mais desesperados e mais desequilibrados começaram, depois de Churchill, a dirigir planos com vista a organizar o mais rapidamente possível uma guerra preventiva contra a U.R.S.S., apelando abertamente

para a utilização do monopólio americano temporário da arma atómica contra os homens soviéticos.

Os instigadores da nova guerra tentando utilizar a intimidação e a chantagem não só quanto à U.R.S.S., mas também quanto a outros países, e em particular, quanto à China e à Índia, apresentam de uma maneira caluniosa a U.R.S.S. como agressor possível, e apresentam-se a eles próprios na qualidade de «amigos» da China e da Índia, como «salvadores» do perigo comunista, chamados a «ajudar» os mais fracos. Desta maneira, cumpre-se a tarefa de manter na obediência ao imperialismo a Índia e a China e de prolongar a sua dependência política e económica.

II. NOVA DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS DO APÓS-GUERRA E FORMAÇÃO DOS DOIS CAMPOS

As transformações profundas surgidas na situação internacional e na situação dos diferentes países, a seguir à guerra, modificaram todo o quadro político do mundo. Criou-se uma nova disposição das forças políticas. Quanto mais nos afastamos do fim da guerra, mais nitidamente aparecem as duas principais direcções da política internacional do após-guerra, correspondentes à disposição em dois campos principais das forças políticas que operam na arena mundial: por um lado, o campo imperialista e antidemocrático, e, por outro lado, o campo anti-imperialista e democrático. Os Estados Unidos são a principal força dirigente do campo imperialista. A Inglaterra e a França estão unidas aos Estados Unidos. A existência do governo trabalhista Attlee-Bevin em Inglaterra e a do governo socialista Ramadier na França não impedem a Inglaterra e a França de caminhar como satélites, no que respeita às questões principais, na rotina da política imperialista dos Estados Unidos. O campo imperialista também é apoiado por Estados possuidores de colónias, tais como a Bélgica e a Holanda, e por países com regime reaccionário antidemocrático, tais como a Turquia e a Grécia, assim como por países dependentes política e economicamente dos Estados Unidos, tais como o Próximo Oriente, a América do Sul e a China.

O objectivo principal do campo imperialista consiste em reforçar o imperialismo, em preparar uma nova guerra imperialista, em lutar contra o socialismo e a democracia e em apoiar por toda a parte os regimes e movimentos pró-fascistas reaccionários e antidemocráticos.

Para realizar estas tarefas, o campo imperialista está pronto a apoiar-se nas forças reaccionárias e antidemocráticas em todos os países

e a apoiar os inimigos da guerra de ontem contra os seus aliados de guerra.

As forças anti-imperialistas e antifascistas formam o outro campo. A U. R. S. S. e os países da nova democracia são a sua base. Os países que romperam com o imperialismo e que se encaminharam resolutamente para a via do desenvolvimento democrático, tais como a Roménia, a Hungria, a Finlândia, fazem parte dele. Ao campo anti-imperialista aderiram a Indonésia, o Vietnam, a Índia, o Egipto e a Síria mostram-lhe as suas simpatias. O campo anti-imperialista apoia-se em todos os países no movimento operário e democrático, nos Partidos Comunistas irmãos, nos combatentes do movimento de libertação nacional nos países coloniais e dependentes, em todas as forças progressistas e democráticas que existem em cada país. O objectivo deste campo consiste em lutar contra as ameaças de novas guerras e de expansão imperialista, para a estabilidade da democracia e para o extermínio dos restos do fascismo.

O fim da segunda guerra mundial colocou os povos libertos perante a importante tarefa de assegurar uma paz democrática durável, consolidando a vitória sobre o fascismo. É à União Soviética e à sua política externa que cabe o papel primordial na solução desta tarefa principal do após-guerra. Isso provém da natureza do Estado soviético socialista, profundamente

estranho a todas as causas agressivas e exploradoras, e interessado em criar as condições mais favoráveis para realizar a edificação da sociedade comunista. Uma destas condições é a paz. Como novo sistema social superior, a União Soviética reflecte, na sua política externa, as esperanças de toda a humanidade progressista, que aspira a uma paz durável e não pode estar interessada numa nova guerra engendrada pelo capitalismo. A União Soviética, fiel combatente da liberdade e da independência para todos os povos, é o inimigo da opressão nacional e racial, da exploração colonial sob todas as formas. A transformação surgida a seguir à segunda guerra mundial na relação das forças entre o mundo capitalista e o mundo socialista do Estado soviético alargou o raio da sua actividade política externa.

Foi justamente à volta da tarefa de assegurar a paz democrática que se operou a reunião de todas as forças do campo anti-imperialista e antifascista. Foi nesta base que nasceu e se reforçou a cooperação amistosa da U.R.S.S. com os países democráticos em relação a todos os problemas de política externa. Estes países, e em primeiro lugar os países da nova democracia — a Jugoslávia, a Polónia, a Checoslováquia, a Albânia, que desempenharam um papel importante na guerra de libertação contra o fascismo, assim como a Bulgária, a Roménia, a Hungria,

parcialmente a Finlândia, que constituíram a frente antifascista — tornaram-se, no após-guerra, combatentes firmes pela paz, pela democracia, pela liberdade e pela independência contra todas as tentativas feitas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra para atrasar o seu desenvolvimento e colocá-los de novo sob o jugo imperialista.

Os sucessos e o aumento de prestígio internacional do campo democrático não são do gosto dos imperialistas. Já, durante a segunda guerra mundial, na Inglaterra e nos Estados Unidos, a actividade das forças reaccionárias aumentaram infalivelmente, esforçando-se por destruir a acção coordenada das potências aliadas, por arrastar a guerra por mais tempo, por derrotar a U. R. S. S. e por salvar os agressores fascistas da ruína completa. A sabotagem da segunda frente pela parte dos imperialistas anglo-saxões, com Churchill à cabeça, reflectia nitidamente esta tendência, que não é, no fundo, senão a continuação da política do «Munich», transformada na nova situação. Mas, enquanto a guerra durava, os círculos reaccionários da Inglaterra e dos Estados Unidos não ousavam intervir abertamente contra a União Soviética e os países democráticos, compreendendo muito bem que, em todos os países, a simpatia das massas populares ia para a U.R.S.S. e para os países democráticos. Mas, nos últimos meses

que precederam o fim da guerra, a situação começou a modificar-se. Já, no decurso das negociações na Conferência das Três Potências, em Berlim, em Julho de 1945, os imperialistas anglo-americanos mostraram o seu desejo de não ter em conta interesses legítimos da U.R.S.S. e dos países democráticos.

No decurso dos dois últimos anos, a política externa da União Soviética e dos países democráticos foi uma política de luta pela realização consequente dos princípios democráticos do após-guerra. Os Estados do campo anti-imperialista mostraram-se combatentes fiéis e consequentes pela realização destes princípios, sem se desviarem um único ponto. Por isso a tarefa principal externa dos países democráticos do após-guerra é a de lutar por uma paz democrática, de liquidar os restos do fascismo e de impedir uma nova agressão fascista imperialista, de lutar pela firmeza dos princípios de igualdade de direitos e de respeito pela soberania dos povos, pela redução geral dos armamentos e da interdição de todo o género de armas de grande destruição, destinadas ao extermínio em massa da população pacífica. Na aplicação de todas estas tarefas, a diplomacia soviética e a dos Estados democráticos chocaram com a resistência da diplomacia anglo-americana que, depois da guerra, segue infalível e consequentemente uma linha com vista a renunciar a todos os prin-

cípios comuns proclamados durante a guerra pelos Aliados para a organização da paz do após-guerra, uma linha tendente a substituir esta política de paz e de firmeza da democracia por uma nova política com o fim de romper a paz geral, de assegurar a defesa dos elementos fascistas e de violentar a democracia em todos os países.

A actividade comum da diplomacia da U.R.S.S. e da diplomacia dos Estados democráticos com vista a resolver o problema da redução dos armamentos e a interdição da arma mais destrutiva —a bomba atómica— tem um grande significado.

Por iniciativa da União Soviética, foi apresentada uma proposta na Organização das Nações Unidas para a redução geral dos armamentos e para o reconhecimento, como tarefa de primeiro plano, da interdição da produção e da utilização da energia atómica com fins de guerra. Esta proposta do governo soviético chocou com uma resistência encarniçada da parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Todos os esforços dos meios imperialistas foram dirigidos com vista a sabotar esta decisão. Isto ficou expresso por todas as espécies de barreiras e de esperas com a intenção de impedir todas as medidas práticas efectivas. A actividade dos delegados da U.R.S.S. e a dos países democráticos nos órgãos da Organização das Nações

Unidas revela um carácter de luta quotidiana, sistemática e persistente a favor dos princípios democráticos de cooperação internacional e para denunciar as intrigas dos conspiradores imperialistas contra a paz e a segurança dos povos.

Isso manifesta-se de uma maneira particularmente visível, por exemplo, no exame da situação nas fronteiras setentrionais da Grécia. A União Soviética e a Polónia intervieram juntas, energicamente, contra a utilização do Conselho de Segurança com vista a desacreditar a Jugoslávia, a Bulgária e a Albânia, falsamente acusadas pelos imperialistas de actos de agressão contra a Grécia.

A política externa soviética tem como ponto de partida o facto da coexistência, por um longo período, dos dois sistemas, o capitalismo e o socialismo. Daqui resulta a possibilidade de cooperação entre a U.R.S.S. e os países com outro sistema, com a condição de respeitar o princípio de reciprocidade e de cumprir os compromissos feitos. Sabe-se que a U.R.S.S. foi sempre e permanecerá fiel aos seus compromissos. A União Soviética mostrou a sua vontade e o seu desejo de cooperação.

A Organização das Nações Unidas, a Inglaterra e a América conduzem uma política completamente oposta. Fazem tudo para renunciar aos seus compromissos, tomados anteriormente, e desligar-se deles, com o fim de conduzir uma

nova política, não no espírito de cooperação dos povos, mas para os dirigir uns contra os outros, política com vista a violar os direitos e os interesses dos povos democráticos e a isolar a U.R.S.S.

A política soviética segue a linha de prática leal das relações de boa vizinhança com todos os Estados que mostrem desejo de cooperar. A União Soviética foi sempre, é e será sempre uma amiga fiel e uma aliada para com os países que são seus verdadeiros amigos e aliados. A política externa soviética visa a uma extensão ulterior da ajuda amigável pela parte da União Soviética a estes países.

Defendendo a causa da paz, a política externa da U.R.S.S. rejeita o princípio de vingança para com os vencidos.

Como se sabe, a U.R.S.S. é pela formação de uma Alemanha unida, livre, desmilitarizada e democrática. Formulando a política soviética para com a Alemanha, o camarada Staline disse:

> **«Numa palavra, a política da União Soviética no problema alemão resume-se à desmilitarização e à democratização da Alemanha ... A desmilitarização e a democratização da Alemanha são uma das condições mais importantes para instaurar uma paz durável e sólida.»**

No entanto, esta política do Estado Soviético para com a Alemanha choca-se com uma resistência desenfreada dos meios imperialistas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A sessão do Conselho dos ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em Moscovo em Março-Abril de 1947, mostrou que os Estados Unidos, a Inglaterra e a França estão prontos, não só para fazer malograr a democratização e a desmilitarização da Alemanha, mas também para liquidar a Alemanha como Estado unido, a desmembrá-lo e a resolver separadamente o problema da paz.

A realização desta política efectua-se actualmente em novas condições, desde que a América rompeu com o antigo curso de Roosevelt e passa a uma nova política, a uma política de novas aventuras militares.

III. O PLANO AMERICANO DE SERVIDÃO DA EUROPA

A passagem do imperialismo americano ao curso agressivo e abertamente expansionista desde o fim da segunda guerra mundial, teve a sua expressão tanto na política externa dos Estados Unidos como na sua política interna. O apoio activo das forças reaccionárias e antidemocráticas no mundo inteiro, o malogro das

decisões de Postdam com vista à desmilitarização e à democratização da Alemanha, a protecção dos reaccionários japoneses, a extensão dos preparativos militares, a acumulação das reservas de bombas atómicas, tudo isto é acompanhado por uma ofensiva contra os direitos democráticos dos trabalhadores no interior dos Estados Unidos.

Ainda que os Estados Unidos tenham sido relativamente pouco tocados pela guerra, a maioria esmagadora dos americanos não quer nova guerra, e sacrifícios e restrições que daí derivam. Isso incita o capital monopolista e os seus servidores entre os círculos dirigentes dos Estados Unidos a procurar meios extraordinários para quebrar a oposição interna a este curso expansionista e agressivo, e assim deixar as mãos livres para continuar a conduzir esta política perigosa.

Mas a campanha contra o comunismo, proclamada pelos meios dirigentes americanos, apoiando-se nos monopólios capitalistas, tende, com uma inevitável lógica, à violação dos direitos e dos interesses dos trabalhadores americanos, à fascização interna da vida política dos Estados Unidos, à difusão das «teorias» e das mais selvagens noções misantropas. Alimentando sonhos de preparação duma terceira guerra mundial, os meios expansionistas americanos estão profundamente interessados em

asfixiar no interior do país qualquer resistência possível às aventuras externas, em envenenar de chauvinismo e de militarismo as massas politicamente atrasadas e pouco cultas dos americanos médios, em embrutecer o pequeno-burguês americano com a ajuda dos mais diversos meios de propaganda anti-soviética, anticomunista, por exemplo, o cinema, a rádio, a igreja e a imprensa.

A política externa expansionista, inspirada e conduzida pela reacção americana, prevê uma actividade simultânea em todas as direcções:

1.ª — Medidas militares estratégicas;

2.ª — Expansão económica;

3.ª — Luta ideológica.

A realização dos planos militares estratégicos de futuras agressões está aliada aos esforços para utilizar ao máximo o aparelho de produção militar dos Estados Unidos que aumentou consideravelmente no fim da segunda guerra mundial. O imperialismo americano conduz uma política consequente de militarização do país. Nos Estados Unidos, as despesas do exército e da marinha ultrapassam 11 biliões de dólares por ano. Em 1947, os Estados Unidos designaram para a manutenção das suas forças armadas 35 % do orçamento, ou seja, onze vezes mais do que em 1937-1938.

Se, no princípio da segunda guerra mundial, o exército dos Estados Unidos ocupava o

17.º lugar de todos os países capitalistas, actualmente ocupa o primeiro lugar. Paralelamente à acumulação de bombas atómicas, os estrategas americanos não se incomodam quando dizem que se fazem preparativos, nos Estados Unidos, para a arma bacteriológica.

O plano militar estratégico dos Estados Unidos prevê a criação, em tempo de paz, de numerosas bases e depósitos de armas, muito afastados do continente americano e destinados a ser utilizados com fins de agressão contra a U.R.S.S. e os países da nova democracia. As bases americanas militares, aéreas e navais, existem ou estão de novo em via de criação no Alasca, no Japão, na Itália, no sul da Coreia, no Egipto, no Irão, na Turquia, na Grécia, na Áustria e na Alemanha Ocidental. Uma missão militar americana opera no Afganistão e mesmo no Nepal. Febrilmente fazem-se preparativos para utilizar o Árctico com vista a uma agressão militar.

Embora a guerra tenha acabado já há muito tempo, a aliança militar entre a Inglaterra e os Estados Unidos ainda subsiste, assim como o estado-maior anglo-americano unificado das forças armadas. Sob a insígnia da convenção sobre a estandardização dos armamentos, os Estados Unidos estenderam o seu contrôle às forças armadas e aos planos militares dos outros países, em primeiro lugar à Inglaterra e ao Canadá. Sob a insígnia da defesa comum do hemisfério

ocidental, os países da América Latina estão em vias de entrar na órbita dos planos de expansão militar dos Estados Unidos. O governo dos Estados Unidos anunciou que a sua tarefa oficial era a de ajudar a modernização do exército turco. O exército do Kuomintang reaccionário faz a sua instrução com oficiais americanos e recebe material americano. A clique militar torna-se uma força política activa nos Estados Unidos, donde saem, em grande escala, os homens de Estado e os diplomatas que seguem uma linha militarista agressiva em toda a política do país.

A expansão económica dos Estados Unidos completa de um modo importante a realização do plano estratégico. O imperialismo americano esforça-se, como um usurário, por explorar as dificuldades do após-guerra dos países europeus, sobretudo a penúria em matérias-primas, em combustíveis e em géneros alimentares nos países aliados que sofreram mais com a guerra, para lhes ditar as suas condições avassaladoras de auxílio. Em previsão da crise económica iminente, os Estados Unidos apressam-se a encontrar novas esferas de monopólio para o investimento de capitais e para a venda de mercadorias. O «auxílio» económico dos Estados Unidos tem como fim o de submeter a Europa ao capital americano. Quanto mais grave é a situação económica de um país, mais os monopólios

americanos se esforçam para ditar-lhe condições duras.

Mas o contrôle económico arrasta consigo uma dependência política em relação ao imperialismo americano. Assim, a extensão das esferas de venda das mercadorias americanas combina-se para os Estados Unidos, com a aquisição de novas bases militares propícias à luta contra as novas forças democráticas da Europa. Ao «salvar» um país da fome e da ruína, os monopólios americanos têm o intento de o privar de toda a independência. «A ajuda» americana arrasta consigo quase automaticamente modificações da linha política do país que recebe esta «ajuda»; sobem ao poder partidos e personalidades que, obedecendo às directivas de Washington, estão prontos a realizar, na sua política interna e externa, o programa desejado pelos Estados Unidos (França, Itália, etc.)

Enfim, aspirações dos Estados Unidos ao domínio mundial também comportam uma luta ideológica. A tarefa principal da parte ideológica do plano estratégico americano consiste em fazer chantagem com a opinião pública, em espalhar calúnias sobre a pretensa agressividade da União Soviética e dos países da nova democracia, com o fim de poder apresentar assim o bloco anglo-saxão no papel de um bloco de pretensa defesa e de tirar-lhe a responsabilidade na preparação da nova guerra. A popula-

ridade da União Soviética no estrangeiro aumentou consideravelmente durante a segunda guerra mundial. Pela sua luta heróica, cheia de abnegação, contra o imperialismo, a União Soviética ganhou o amor e o respeito dos trabalhadores de todos os países. O poderio militar e económico do Estado socialista e a força indestrutível da unidade moral e política da sociedade soviética foram demonstradas claramente perante o mundo inteiro. Os meios reaccionários dos Estados Unidos e da Inglaterra interrogam-se, com angústia, como dissipar a impressão inesquecível que o regime socialista produz nos operários e nos trabalhadores do mundo inteiro. Os instigadores de guerra sabem muito bem que, para mandar os soldados combater contra a União Soviética, é preciso uma longa preparação ideológica.

Na luta ideológica contra a U.R.S.S., os imperialistas americanos, que se orientam mal nos problemas políticos e mostram a sua ignorância, põem antes de tudo a imagem representativa da União Soviética como uma força intitulada antidemocrática, totalitária, enquanto que os Estados Unidos, a Inglaterra e todo o mundo capitalista são apresentados como democracias.

Esta plataforma da luta ideológica — defesa da pseudo-democracia burguesa e atribuição de traços totalitários ao comunismo — une todos os inimigos da classe operária sem excepção,

desde os magnates capitalistas até aos líderes socialistas de direita que, com grande solicitude, se apoderam não importa de que calúnia anti-soviética, ditada pelos seus mestres imperialistas. O eixo desta propaganda impostora reside na afirmação de que a existência de vários partidos e de uma minoria oposicionista organizada seria o índice de uma verdadeira democracia. Nesta base, os «trabalhistas» ingleses, não poupando forças para lutar contra o comunismo, quiseram revelar que há, na U.R.S.S., classes antagónicas e uma correspondente luta de partidos. Ignorantes em política, não podem compreender que, já há muito tempo, não existem na U. R. S. S. capitalistas e proprietários, que já não há classes antagónicas e, portanto, que não poderia existir aí vários partidos. Queriam ter na U.R.S.S. partidos do seu agrado, partidos burgueses, inclusive partidos pseudo-socialistas, como agência imperialista. Mas, para sua desgraça, a história condenou estes partidos burgueses exploradores a desaparecer.

Não poupando palavras para cobrir de calúnias o regime soviético, os «trabalhistas» e outros letrados da democracia burguesa acham ao mesmo tempo completamente normal a ditadura sangrenta da minoria fascista sobre o povo na Grécia e na Turquia; fecham os olhos às numerosas infracções revoltantes às próprias normas da democracia formal nos países burgueses;

passam em silêncio o jugo nacional e racial, a corrupção e a usurpação sem cerimónia dos direitos democráticos nos Estados Unidos.

Uma das linhas da «campanha» ideológica que acompanha os planos de servidão da Europa é o ataque contra os princípios de soberania nacional, o apelo à renúncia aos direitos dos povos, aos quais se opõe a ideia de um «governo mundial». O sentido desta campanha consiste em embelezar a expansão desenfreada do imperialismo americano que, à vontade, lesa os direitos soberanos dos povos, e em apresentar os Estados Unidos no papel de campeão das leis humanas, enquanto que os que resistem à penetração americana são apresentados como partidários de um nacionalismo «egoísta» caduco. A ideia de um «governo mundial» seguida pelos intelectuais burgueses sonhadores e pacifistas, é utilizada não só como meio de pressão com vista a desarmar moralmente os povos que defendem a sua independência contra os atentados do imperialismo americano, mas também como palavra de ordem especialmente oposta à União Soviética, que defende infatigável e consequentemente o princípio de uma real igualdade de direitos e da protecção dos direitos soberanos de todos os povos grandes e pequenos. Nas condições actuais, os países imperialistas, tais como os Estados Unidos, a Inglaterra e os Estados que lhes estão próximos, tornam-se inimigos peri-

gosos da independência nacional e da autodeterminação dos povos, enquanto que a União Soviética e os países de nova democracia constituem o escudo seguro da defesa da igualdade de direitos e da autodeterminação nacional dos povos.

É perfeitamente característico que os batedores militares e políticos americanos, do género Bullitt, os líderes sindicais amarelos do género Green, os socialistas franceses tendo à cabeça Blum, o apologista incorrigível do capitalismo, o social democrata alemão Schumacher, e os líderes trabalhistas do tipo Bevin, colaborem estreitamente na realização do plano ideológico estabelecido pelo imperialismo americano.

A «doutrina Truman» e o «plano Marshall» são, nas condições actuais dos Estados Unidos, a expressão concreta dos esforços expansionistas. No fundo, estes dois documentos são a expressão de uma mesma política, ainda que se distingam pela forma como é apresentada uma e uma só pretensão americana de submeter a Europa.

No que respeita à Europa, as principais linhas da «doutrina Truman» são as seguintes:

1.º — Criação de bases americanas na parte oriental da bacia mediterrânica, com o fim de fortalecer o domínio americano nesta zona;

2.º — Apoio demonstrativo aos regimes reaccionários da Grécia e da Turquia, como bastiões

do imperialismo americano contra a nova democracia nos Balcãs (ajuda militar e técnica à Grécia e à Turquia, concessão de empréstimos);

3.º — Pressão ininterrupta sobre os Estados de nova democracia, o que se exprime por falsas acusações de totalitarismo e de aspirações expansionistas, pelos ataques contra os fundamentos do novo regime democrático, pela ingerência contínua nos negócios internos destes Estados, pelo apoio a todos os elementos antidemocráticos no interior destes países — elementos que lutam contra o Estado — pelo fim demonstrativo das relações económicas com estes países com vista a criar-lhes dificuldades económicas, a travar o seu desenvolvimento económico e a fazer malograr a sua industrialização, etc.

A «doutrina Truman» que prevê a oferta da ajuda americana a todos os regimes reaccionários, que ajam de um modo activo contra os povos democráticos, mostra um carácter abertamente agressivo. A sua publicação provocou um certo incómodo mesmo nos meios capitalistas americanos habituados a tudo. Nos Estados Unidos e nos outros países, os elementos progressistas protestaram energicamente contra o carácter provocatório, abertamente imperialista, da intervenção Truman.

O acolhimento desfavorável que teve a «doutrina Truman» tornou necessário o «plano

Marshall», que é uma tentativa mais disfarçada de conduzir esta mesma política de expansão.

O fundo das fórmulas dissimuladas, embrulhadas intencionalmente, do «plano Marshall» consiste em formar um bloco de Estados ligados aos Estados Unidos por compromissos e em oferecer aos Estados europeus créditos americanos, em troca da renúncia à sua independência económica e a seguir à sua independência política. O essencial do «plano Marshall» é, pois, reconstruir as regiões industriais da Alemanha ocidental, controladas pelos monopólios americanos.

Ressalta das deliberações que se sucederam e das intervenções dos homens de Estado americanos que o objectivo do «plano Marshall» não é uma oferta de auxílio, em primeiro lugar aos países vencedorès pobres, aliados da América na luta contra a Alemanha, mas uma oferta de auxílio aos capitalistas alemães, para que estes, possuidores dos recursos principais de carvão e de metal necessários à Europa e à Alemanha, coloquem sob a dependência do poderio económico da Alemanha, em via de restauração, os Estados que têm necessidade de carvão e de metal.

Apesar do facto de o «plano Marshall» prever o abaixamento da Inglaterra, assim como o da França, ao estado de potências de segunda ordem, o governo trabalhista de Attlee em

Inglaterra e o governo socialista de Ramadier em França, agarraram-se ao «plano Marshall» como a uma tábua de salvação. Sabe-se que a Inglaterra quase que já consumiu o empréstimo americano de 3750 milhões de dólares que lhe foi concedido em 1946. Sabe-se também que a Inglaterra ficou com os pés e as mãos atadas pelas condições avassaladoras deste empréstimo. O governo trabalhista da Inglaterra, apertado como num nó corrediço pela sua dependência para com os Estados Unidos não vê outra saída, para se libertar, senão a obtenção de novos empréstimos. Por isso acolheu o «plano Marshall» como uma saída para o impasse económico, como uma oportunidade de receber novos créditos. Por outro lado, os homens políticos ingleses tinham contado com a criação do bloco dos países da Europa ocidental — países devedores aos Estados Unidos — com o fim de tentar jogar, no interior deste bloco, o papel de um gerente americano que poderia, com rigor, tirar proveito disso em detrimento dos países fracos. A burguesia inglesa tinha acariciado o sonho de que ao utìlizar o «plano Marshall», ao prestar serviços aos monopólios americanos e ao submeter-se ao seu controle, recuperaria as posições perdidas nalguns países e, em particular, restabeleceria as suas posições nas regiões balcano-danubianas.

A fim de dar exteriormente uma maior aparência «de objectividade» às propostas americanas, fora decidido incluir, no número de iniciadores para preparar a realização do «plano Marshall», a França, que já tinha sacrificado em parte a sua soberania nacional a favor dos Estados Unidos, pois que a concessão do crédito à França, em Maio de 1947, da parte dos Estados Unidos, fora condicionada pelo afastamento dos comunistas do governo.

No seguimento da directiva de Washington, os governos da Inglaterra e da França propuseram à União Soviética participar no exame das propostas Marshall. Tal passo devia dissimular o corácter hostil à U. R. S. S. destas propostas. Sabendo bem de antemão que a U. R. S. S. se recusaria a discutir as propostas formuladas por Marshall, tinha-se pensado em aproveitar esse facto para responsabilizar a U.R.S.S. de «recusa a contribuir para a reconstrução económica da Europa», e desta maneira dirigir contra a U.R.S.S. os países europeus que têm necessidade de um auxílio real. Se, pelo contrário, a U.R.S.S. aceitasse participar nas conferências, seria fácil fazê-la cair na cilada de «a reconstrução económica da Europa com a ajuda da América» os países do Este e do Sudeste da Europa. Enquanto o «plano Truman» entrava na intimidação terrorista a estes países, o «plano Marshall» tinha como objectivo sondar

a firmeza da sua situação económica, tentar seduzi-los e ligá-los em seguida pelo «auxílio» do dólar.

O «plano Marshall» foi chamado, neste caso, a contribuir para a realização de uma das tarefas mais importantes do programa americano geral: restaurar o poder do imperialismo nos países da nova democracia, obrigar estes países a renunciar à sua cooperação económica e política estreita com a União Soviética.

Os representantes da U. R. S. S., ao consentirem em examinar em Paris, com os governos da Inglaterra e da França, as propostas de Marshall, desmascararam, na Conferência de Paris, a falta de fundamento da tarefa com vista à elaboração de um programa económico para toda a Europa. Na tentativa de criar uma nova organização europeia sob a égide da França e da Inglaterra, denunciaram uma ameaça de ingerência nos assuntos internos dos países europeus e de violação da sua soberania. Demonstraram que o «plano Marshall» está em contradição com os princípios normais de cooperação internacional, que tem em espírito a cisão da Europa, a ameaça da servidão de um certo número de países europeus aos interesses do capitalismo americano e que está baseado na concessão preferencial, em vista aos Aliados, de auxílio aos consortes e monopólios alemães para a reconstituição dos

quais o «plano Marshall» reserva com evidência um papel particular na Europa.

Esta posição clara da União Soviética levantou a máscara ao plano dos imperialistas americanos e dos seus empregados anglo-franceses.

A Conferência europeia sofreu um revés escandaloso. Oito Estados europeus recusaram-se a participar nela. Mas também houve, entre os Estados que aceitaram participar no exame do «plano Marshall» e na elaboração de medidas concretas para a sua realização, um certo número de países que não fizeram um acolhimento particularmente entusiasta a este «plano», tanto mais que se aperceberam logo de que as suposições da U.R.S.S. eram inteiramente justas, isto é, que este plano está longe de comportar uma ajuda efectiva e real. Julga-se que o governo dos Estados Unidos não se apressa absolutamente nada a realizar as promessas de Marshall. Personalidades políticas americanas do Congresso reconheceram que este último não discutiria antes de 1948 as novas somas concedidas pelos créditos prometidos a alguns países europeus.

Assim, tornou-se evidente que a Inglaterra, a França e outros Estados da Europa ocidental, que aceitaram o «esquema parisiense de realização» do «plano Marshall», foram eles próprios vítimas da chantagem americana.

É preciso notar que a variante americana do bloco ocidental não pode deixar de encontrar sérias oposições, mesmo nos países que já dependem dos Estados Unidos, tais como a Inglaterra e a França. A perspectiva de restaurar o imperialismo alemão como força real capaz de se opôr ao comunismo e à democracia na Europa não pode seduzir nem a Inglaterra nem a França. Encontramo-nos lá em presença de uma das principais contradições internas do bloco Inglaterra-Estados Unidos-França. Visivelmente, os monopólios americanos, assim como toda a reacção internacional, não gostam que a França ou mesmo os fascistas gregos sejam um escudo ainda que pouco seguro dos Estados Unidos contra a U.R.S.S. e as novas democracias na Europa. Por isso, alimentam esperanças particulares na restauração da Alemanha capitalista, considerando que ela constituiria a mais importante garantia para o sucesso da luta contra as forças democráticas na Europa. Não têm confiança nem nos «trabalhistas» da Inglaterra, nem nos socialistas da França, ao pensar que, apesar de toda a sua condescendência, são «semi-comunistas» não merecendo suficientemente confiança.

Por isso, a questão alemã, e em particular a da bacia do Ruhr, base do potencial militar e industrial do bloco hostil à U.R.S.S., é a mais importante da política internacional e é um

assunto de demanda entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Os apetites americanos não podem deixar de provocar sérias inquietações em Inglaterra e em França. Os Estados Unidos deram a compreender de uma maneira não equívoca que querem tomar o Ruhr aos ingleses. Os imperialistas americanos exigem também a fusão das três zonas de ocupação e querem estabelecer abertamente o isolamento político da Alemanha ocidental sob o controle americano. Os Estados Unidos insistem para que o nível de produção de aço seja elevado, na bacia do Ruhr, com base no apoio de empresas capitalistas sob a égide dos Estados Unidos. Os créditos prometidos por Marshall para a reconstrução da Europa são cumpridos em Washington de preferência como ajuda aos imperialistas alemães.

Assim aparece o «bloco ocidental» que a América está prestes a forjar, não segundo o modelo do plano Churchill dos Estados Unidos da Europa, que foi concebido como instrumento da política inglesa, mas como protectorado americano no qual os Estados soberanos da Europa, inclusive a própria Inglaterra, terão um papel a desempenhar que não está assim tão afastado do papel do famoso «49.º Estado da América». O imperialismo americano trata a Inglaterra e a França cada vez mais insolente e cinicamente. As deliberações a dois ou a três sobre os

problemas respeitantes à fixação do nível de produção industrial da Alemanha Ocidental (Inglaterra-Estados Unidos, Estados Unidos--França), que infrigem arbitrariamente as decisões de Postdam, provam ao mesmo tempo que os Estados Unidos não têm absolutamente nada em conta interesses vitais dos seus parceiros de negociações. A Inglaterra e sobretudo a França, são obrigadas a ouvir as ordens americanas e a aceitá-las com resignação. A conduta da diplomacia americana em Londres e em Paris, sob vários aspectos, lembra a que se observa na Grécia, onde os representantes americanos já julgam não ser necessário respeitar os acordos, nomeiam e substituem como bem lhes parece os ministros gregos e comportam-se como conquistadores. Assim, o novo plano de «dawização» da Europa é, no fundo, dirigido contra os interesses fundamentais dos povos da Europa; é um plano de servidão e de submissão da Europa aos Estados Unidos.

O «plano Marshall» é dirigido contra a industrialização dos países democráticos da Europa e, por conseguinte, contra os princípios da sua independência. No seu tempo, o plano de «dawização» da Europa malogrou-se, embora as forças da resistência ao plano Dawes fossem muito inferiores às de hoje. Agora, na Europa do após-guerra, existe um número de forças perfeitamente suficiente, sem falar da União

Soviética, que, se manifestarem a sua vontade e a sua decisão, podem malograr este plano de servidão. Para os povos da Europa trata-se apenas de mostrar vontade de resistência, de estarem prontos para a resistência. No que respeita à U.R.S.S., ela usará todas as suas forças para impedir a realização deste plano.

A apreciação que os países do campo anti-imperialista fizeram do «plano Marshall» foi completamente confirmada pela marcha dos acontecimentos. O campo dos países democráticos mostrou-se face ao «plano Marshall» como uma força poderosa que vigia pela salvaguarda da independência e da soberania de todos os povos europeus, uma força que não se deixa influenciar pela chantagem e pela intimidação, e que, do mesmo modo, não se deixa enganar pelas falsas manobras da diplomacia do dólar.

O governo soviético nunca fez objecção à utilização de créditos estrangeiros, em particular americanos, como meio capaz de acelerar o processo da reconstrução económica. No entanto, a União Soviética atem-se sempre ao princípio de que as condições de crédito não têm um carácter de submissão, não conduzem à dependência económica e política do Estado devedor em relação ao Estado credor. Tendo como ponto de partida esta orientação política, a União Soviética defendeu sempre a posição segundo a qual os créditos estrangeiros não devem ser

o instrumento principal da reconstituição da economia do país. A condição fundamental e decisiva da reconstrução económica deve consistir na utilização dos recursos internos de cada país e na criação da sua própria indústria. Só nesta base pode ser assegurada a independência do país contra os ataques da parte do capital estrangeiro que manifesta constantemente a sua tendência a utilizar o crédito como instrumento de servidão política e económica. Nisto consiste precisamente o «plano Marshall», dirigido contra a industrialização dos países europeus e visando, por conseguinte, sapar a sua independência.

IV. AS TAREFAS DOS PARTIDOS COMUNISTAS PARA A UNIÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEMOCRÁTICOS, ANTIFASCISTAS E AMIGOS DA PAZ, NA LUTA CONTRA OS NOVOS PLANOS DE GUERRA E DE AGRESSÃO

A União Soviética defende incansavelmente a tese de que as relações políticas e económicas recíprocas entre os diferentes Estados devem edificar-se exclusivamente sobre os princípios de igualdade de direitos de cada Estado e o respeito recíproco da sua soberania. A política externa soviética, e em particular as relações económicas soviéticas com os Estados estrangeiros são baseados no princípio de igualdade

de direitos, assegurando os acordos concluídos vantagens bilaterais. Os tratados com a U.R.S.S. constituem acordos reciprocamente vantajosos para as partes contratantes. Esta distinção fundamental dos acordos da U.R.S.S. com os outros Estados salta nitidamente à vista, sobretudo agora à luz dos acordos injustos, baseados na desigualdade de direitos, que os Estados Unidos concluem e preparam.

A política comercial externa da União Soviética não conhece acordos fundados na desigualdade de direitos. Além disso, o desenvolvimento das relações económicas da U.R.S.S. com todos os Estados interessados mostra sobre que base devem ser estabelecidas relações normais entre os Estados. Basta lembrar os tratados que a U.R.S.S. concluiu recentemente com a Polónia, a Jugoslávia, a Checoslováquia, a Hungria, a Bulgária e a Finlândia.

A U.R.S.S. mostra assim claramente as vias segundo as quais a Europa pode encontrar uma saída para a sua situação económica difícil. A Inglaterra poderia beneficiar de um tal acordo se o governo trabalhista, sofrendo a pressão do exterior, não tivesse deixado ir por água-abaixo o acordo com a U.R.S.S. É um mérito indiscutível da política externa da U.R.S.S. e dos países da nova democracia o de ter desmascarado o plano americano de servidão económica dos países europeus.

Por outro lado é preciso ter em conta a seguinte circunstância: a própria América encontra-se perante a ameaça de uma crise económica. A generosidade oficial de Marshall tem as suas próprias causas sérias. Se os países europeus não receberem capitais americanos, a procura de mercadorias americanas por parte destes países vai diminuir, o que contribuirá por seu lado para acelerar e para reforçar a crise económica que se aproxima nos Estados Unidos.

Por isso, se os países europeus mostrarem a superioridade necessária e vontade para resistir às condições avassaladoras de crédito, a América poderá ver-se obrigada a recuar.

A dissolução do Komintern, respondendo às exigências do desenvolvimento do movimento operário nas condições da nova situação histórica, desempenhou o seu papel positivo. Pela dissolução do Komintern, pôs-se fim para sempre à calúnia espalhada pelos adversários do comunismo e do movimento operário, de que Moscovo se ingere na vida interna dos outros Estados e que pretende que os partidos comunistas dos diferentes países não agem no interesse do seu povo, mas segundo as ordens do exterior.

O Komintern tinha sido criado depois da primeira guerra mundial, quando os partidos comunistas ainda eram fracos, quando o elo entre a classe operária dos diferentes países era quase

inexistente e quando os partidos comunistas ainda não tinham dirigentes do movimento operário geralmente reconhecidos. O Komintern teve o mérito de restabelecer e de fortalecer as relações entre os trabalhadores dos diferentes países, de elaborar as posições teóricas do movimento operário nas novas condições do desenvolvimento do após-guerra, de estabelecer as regras comuns de agitação e de propaganda das ideias do comunismo e de facilitar a formação de dirigentes do movimento operário. Assim foram criadas as condições da transformação dos jovens partidos comunistas em partidos operários de massa.

No entanto, a partir do momento em que os partidos comunistas se transformaram em partidos operários de massa, a sua direcção vinda de um centro tornava-se impossível e não de acordo com o fim. Chegou-se ao ponto de o Komintern, de factor que ajudava ao desenvolvimento dos partidos comunistas, começar a transformar-se em travão deste desenvolvimento. A nova fase de desenvolvimento dos partidos comunistas exigia novas formas de ligação entre os partidos. Foram estas circunstâncias que determinaram a necessidade da dissolução do Komintern e da organização de novas formas de ligação entre os partidos.

Durante os quatro anos que decorreram desde a dissolução do Komintern, regista-se um re-

forço considerável dos Partidos comunistas, uma extensão da sua influência em quase todos os países da Europa e da Ásia. A influência dos partidos comunistas aumentou não só nos países da Europa oriental, mas igualmente em quase todos os países da Europa que conheceram o domínio fascista, assim como nos países como a França, a Bélgica, os Países-Baixos, a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, etc., que conheceram a ocupação fascista alemã. A influência dos comunistas reforçou-se muito particularmente nos países da nova democracia, onde os Partidos comunistas se tornaram os partidos mais influentes destes Estados.

Contudo, na situação actual dos Partidos comunistas, também há fraquezas próprias. Alguns camaradas consideram a dissolução do Komitern como o significado de liquidação de todas as ligações e de todo o contacto entre os Partidos comunistas irmãos. Ora, como a experiência o demonstrou, tal separação dos Partidos comunistas não é justa, mas nociva e essencialmente não natural. O movimento comunista desenvolve-se nos quadros nacionais, mas, ao mesmo tempo, é colocado perante tarefas e interesses comuns aos Partidos comunistas dos diferentes países.

Com efeito, está-se perante um quadro bem estranho: os socialistas, que se agitam ferozmente para provar que o Komintern tinha ditado

directivas de Moscovo aos comunistas de todos os países, reconstituíram a sua Internacional, enquanto que os comunistas abstêm-se de encontrar-se, e ainda mais, de consultar-se sobre as questões que os interessam mutuamente, e tudo isto pelo temor da calúnia dos inimigos em relação à «mão de Moscovo».

Os representantes dos diferentes ramos de actividade — os sábios, os cooperadores, os militantes sindicais, os jovens, os estudantes — julgam que é possível manter entre eles um contacto internacional, trocar as suas experiências e consultar-se sobre as questões respeitantes aos seus trabalhos, organizar conferências e deliberações internacionais, enquanto que os comunistas, mesmo os dos países que têm relações de aliados se sentem constrangidos em estabelecer relações de amizade entre eles. Não há dúvida de que tal situação, se se prolongar, só dará origem a consequências muito nocivas ao desenvolvimento do trabalho dos partidos irmãos. Esta necessidade de consulta e de coordenação livre das actividades dos diferentes partidos tornou-se particularmente urgente, sobretudo agora, quando a continuação da dispersão poderia conduzir ao enfraquecimento da compreensão recíproca e por vezes mesmo a erros graves.

Visto que a maior parte dos dirigentes dos partidos socialistas (sobretudo os trabalhistas

ingleses e os socialistas franceses) se comportam como agentes de círculos imperialistas dos Estados Unidos da América, é aos Partidos comunistas que cabe o papel histórico particular de se pôr à cabeça da resistência ao plano americano de submissão da Europa e de desmascarar resolutamente todos os auxiliares internos do imperialismo americano. Ao mesmo tempo, os comunistas devem apoiar todos os elementos verdadeiramente patrióticos que não aceitam danos à sua pátria, que querem lutar contra a submissão da sua pátria ao capital estrangeiro e pela salvaguarda da soberania nacional do seu país. Os comunistas devem ser a força dirigente que arraste todos os elementos antifascistas desejosos de liberdade para a luta contra os novos planos expansionistas americanos de submissão da Europa.

Importa considerar que está muito longe do desejo dos imperialistas de desencadear uma nova guerra, a possibilidade de organizar tal guerra. Os povos do mundo inteiro não querem a guerra. As forças arreigadas à paz são tão grandes e tão poderosas que bastaria mostrar tenacidade e firmeza na luta pela defesa da paz para que os planos dos agressores sofressem um fiasco total. É preciso não esquecer que o barulho feito pelos agentes imperialistas em torno dos perigos da guerra visa a intimidar as pessoas sem firmeza ou os fracos de nervos, com o fim de

poder, por meio da chantagem, obter concessões a favor do agressor.

Actualmente, o perigo principal para a classe operária consiste na subestimação das suas próprias forças e na sobrestimação das forças do adversário. Assim como, no passado, a política muniquense encorajou a agressão hitleriana, também hoje, as concessões à nova orientação dos Estados Unidos da América e do campo imperialista, podem incitar os seus inspiradores a tornar-se mais insolentes e mais agressivos. Por isso os Partidos comunistas devem pôr-se à cabeça da resistência em todos os domínios — governamental, económico e ideológico — aos planos imperialistas de expansão e de agressão. Devem cerrar fileiras, unir os seus esforços com base numa plataforma anti-imperialista e democrática comum, e reunir à sua volta todas as forças democráticas e patrióticas do povo.

Uma tarefa particular cabe aos Partidos comunistas irmãos da França, da Itália, da Inglaterra e dos outros países. Devem tomar na mão a bandeira da defesa da independência nacional e da soberania dos seus próprios países. Se os Partidos comunistas irmãos permaneceram firmes nas suas posições, se não se deixarem influenciar pela intimidação e pela chantagem, se se comportarem resolutamente como sentinelas da paz durável e da democracia popular, da soberania nacional, da liberdade e da independência do seu país, se souberem, na sua luta contra as tentativas de servidão económica e política do seu país, pôr-se à cabeça de todas as forças dispostas a defender a causa da honra e da independência nacional, nenhum dos planos de submissão da Europa poderá ser realizado.

Documento anexo:

RESOLUÇÃO

sobre a troca de experiências e a coordenação da actividade dos partidos representados na conferência.

A Conferência verifica que a ausência de contactos entre os Partidos comunistas representados comporta na situação sérios inconvenientes.

A experiência provou que tal falta de ligação entre os Partidos comunistas é muito prejudicial e não se justifica. A necessidade de troca de experiências e de uma coordenação livremente consentida da acção dos partidos interessados, reveste-se, neste momento, de uma acuidade particular nas condições complicadas da situação do após-guerra onde a ausência de uma ligação entre Partidos Comunistas pode conduzir a uma situação prejudicial à classe operária.

Por conseguinte, os participantes na Conferência estão de acordo com o que se segue:

1. Será criado um Bureau de Informação do Partido Comunista da Jugoslávia, do Partido Operário Húngaro, do Partido Operário Polaco, do Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S., do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista da Checoslováquia e do Partido Comunista da Itália;

2. O Bureau de Informação terá como tarefa a de organizar a troca das experiências e, em caso de necessidade, a coordenação da actividade dos Partidos Comunistas com base num livre consentimento;

3. O Bureau de Informação será composto de representantes dos Comités Centrais por dois delegados. Os delegados dos Comités Centrais devem ser nomeados e substituídos pelos Comités Centrais interessados;

4. O Bureau de Informação editará um órgão quinzenal, e mais tarde, semanal. O órgão será editado em francês e em russo e, na medida das possibilidades, noutras línguas;

5. A sede do Bureau de Informação é fixada em Belgrado.

ÍNDICE

		Pág.
I.	A situação internacional após a Guerra ...	11
II.	Nova disposição das forças políticas do após-guerra e formação dos dois campos ...	24
III.	O plano americano de servidão da Europa ...	33
IV.	As tarefas dos partidos comunistas para a união de todos os elementos democráticos, antifascistas e amigos da paz, na luta contra os novos planos de guerra e de agressão ...	53
	Resolução	61

Este livro
acabou de se imprimir
em Março de 1975
na
Beira Douro, Limitada
para
EDIÇÕES MARIA DA FONTE
Lisboa
5.000 ex.